

CÓDIGO-ESPECIALIDADES CIRÚRGICAS-VAGAS OFE-
RECIDAS-VAGAS CREDENCIADAS

0064 - CIRURGIA DO APARELHO DIGESTIVO - 02 - 03
0008 - CIRURGIA CARDIOVASCULAR - 01 - 02
0014 - CIRURGIA VASCULAR - 02 - 03
0011 - CIRURGIA PEDIÁTRICA - 01 - 02
0065 - COLOPROCTOLOGIA - 02 - 03
0052 - UROLOGIA - 03 - 03

V - ESPECIALIDADES COM EXIGÊNCIA DA COMPRO-
VAÇÃO DE PRÉ-REQUISITO DE DOIS ANOS EM CIRURGIA
GERAL OU OBSTETRÍCIA E GINECOLOGIA EM
RESIDÊNCIA CREDENCIADA PELA CNRM.

CÓDIGO-ESPECIALIDADES CIRÚRGICAS-VAGAS OFE-
RECIDAS-VAGAS CREDENCIADAS

0070 - MASTOLOGIA - 01 - 02

VI - ESPECIALIDADES COM EXIGÊNCIA DA COMPRO-
VAÇÃO DE PRÉ-REQUISITO DE DOIS ANOS EM CLÍNICA
MÉDICA, CIRURGIA GERAL OU ANESTESIOLOGIA EM
RESIDÊNCIA CREDENCIADA PELA CNRM

CÓDIGO-ESPECIALIDADE CLÍNICA-VAGAS CREDEN-
CIADAS-VAGAS OFERECIDAS

0075 - MEDICINA INTENSIVA - 02 - 02

CAPÍTULO III - DOS EXAMES

Art. 8º - O Exame constará de duas etapas sucessivas
consoante disposto no art. 2 da Resolução CNRM 001/2000,
da forma que segue :

1º FASE: - PROVA OBJETIVA TESTE abrangendo
conhecimentos de Medicina, contendo cem questões obje-
tivas de múltipla escolha.

VALOR: 9,0 (NOVE PONTOS)

2º FASE:- ENTREVISTA / PROVA ORAL ou ANÁLISE do
“CURRICULUM VITAE”. VALOR: 1,0 (UM PONTO), de acor-
do com os critérios adotados por cada Serviço e homolo-
gos pela Comissão de Residência Médica desta Instituição.

§1º - O local da realização da Primeira e Segunda Fase
juntamente com os critérios homologados de cada Serviço,
estarão disponíveis através do Manual do Candidato no
site: www.famerp.br, à partir das 16 horas do dia 10/12/03.
O candidato deverá comparecer no local da realização da
Prova com trinta minutos de antecedência.

§2º - Somente será admitido ao local de realização das
provas o candidato que estiver munido do original da
Cédula de Identidade ou carteira do CRM, ou Carteira de
Trabalho e Previdência Social ou Carteira Nacional de Habi-
litação (com fotografia na forma da Lei Nº 9.503/97) ou cer-
tificado de Reservista. Como não ficará retido, será exigido
a apresentação do original, não sendo aceitas cópias, ainda
que autenticadas;

§3º- Sob nenhuma alegação serão feitas provas fora
dos locais pré-estabelecidos;

§4º- O Candidato deverá comparecer ao local de prova
munido de caneta esferográfica de tinta preta, lápis preto
nº 2 e borracha;

§5º- O candidato deverá assinalar suas respostas, na
Folha de Respostas, com lápis preto nº 2;

§6º- Não serão computadas questões não assinaladas,
questões que contenham mais de uma resposta, emenda
ou rasura, ainda que legível;

§7º- Não haverá substituição de Folha Resposta por
erro do candidato, no preenchimento da mesma;

§8º- Decorrido quatro horas, a contar do início da
Prova Objetiva, as Folhas de Respostas e os Cadernos de
Questões serão recolhidos. A não devolução do caderno de
questões que será personalizado, implicará na anulação da
Prova do candidato em questão.

Artº.9º - Será excluído da seleção o candidato que:

§1º- apresentar-se após o horário estabelecido;

§2º- não comparecer a prova seja qual for o motivo alega-
do;

§3º- não apresentar o documento original exigido;

§4º- ausentar-se da sala de provas sem acompanhamento
do fiscal ou antes de decorrer uma hora do início da prova;

§5º- for surpreendido em comunicação com outras
pessoas ou utilizar-se de livros, notas ou impressos não
permitidos ou de objetos eletrônicos;

§6º- estiver portando ou fazendo uso de qualquer tipo
de equipamento eletrônico de comunicação;

§7º- lançar mão de meios ilícitos para execução da
prova;

§8º- perturbar de qualquer modo, a ordem dos traba-
lhos.

Art..10 - A PROVA OBJETIVA das ÁREAS BÁSICAS e de
ACESSO DIRETO que trata o artigo 8º, será realizada de
acordo com a opção do candidato, conforme segue:

§1º- Dia 16 / 12 / 2003 - às 08:30 horas - Com duração
de quatro horas - PRIMEIRA FASE - PROVA OBJETIVA.

Farão a PROVA OBJETIVA os candidatos que se inscre-
veram para as ÁREAS BÁSICAS e ÁREAS DE ACESSO
DIRETO, como: Cirurgia Geral; Clínica Médica; Obstetrícia e
Ginecologia; Pediatria; Patologia; Acupuntura, Anestesiolo-
gia; Infectologia; Medicina de Família e Comunidade; Neu-
rociurgia; Oftalmologia; Ortopedia e Traumatologia; Otor-
rinolaringologia; Psiquiatria; Radiologia e Diagnóstico por
Imagem.

§2º- A PROVA OBJETIVA da PRIMEIRA FASE para
ÁREAS BÁSICAS e ACESSO DIRETO, tem conteúdo versan-
do sobre conhecimentos de Medicina com igual número de
questões nas áreas básicas de Clínica Médica, Pediatria,
Cirurgia Geral, Obstetrícia e Ginecologia, Medicina Preven-
tiva e Social e terá o peso de 90% (noventa por cento).

§3º- A lista dos aprovados da Primeira Fase, por ordem
alfabética, será divulgado no dia 16 /12 /03 à partir das 18
horas na INTERNET, através do site www.famerp.br

Art.11 - A PROVA OBJETIVA DAS ESPECIALIDADES
CLÍNICAS e CIRÚRGICAS, que trata o artigo 8º, será realiza-
da de acordo com a opção do candidato, conforme segue:

§1º- Dia 17 / 12 /2003 - às 08:30 horas - Com duração de
quatro horas:- Farão PROVA OBJETIVA TESTE os candi-
dotos que se inscreveram para especialidades Clínicas e
Cirúrgicas.

Especialidades Clínicas: Cardiologia, Dermatologia,
Endocrinologia, Gastroenterologia, Hematologia e Hemote-
rapia, Nefrologia, Pneumologia, Neurologia, Reumatologia.

Especialidades Cirúrgicas: Cirurgia Vascular, Cirurgia
Cardiovascular, Cirurgia do Aparelho Digestivo, Cirurgia
Pediátrica, Coloproctologia, Urologia

Especialidade com pré-requisito múltiplos: (Clínica
Médica Cirurgia Geral e Anestesiologia):

Medicina Intensiva

Especialidade com pré-requisito múltiplos: Obtetrícia e
Ginecologia ou Cirurgia Geral: 3 Mastologia

§2º - A PROVA OBJETIVA DA PRIMEIRA FASE, terá
peso de 90% (noventa por cento).

§3º - Programas com exigência de pré-requisito em
Cirurgia Geral: 100 (cem) questões objetivas de Cirurgia
Geral.

§4º - Programas com exigência de pré-requisito em Clí-
nica Médica: 100 (cem) questões objetivas de Clínica Médica.

§5º - Programa com exigência de pré-requisito em Cirur-
gia Geral ou Obstetrícia e Ginecologia: 100 (cem) questões
objetivas de acordo com o pré-requisito cumprido.

§6º - programa com exigência de pré-requisito em Cirur-
gia Geral, Clínica Médica ou Anestesiologia: 100 (cem) ques-
tões objetivas de acordo com o pré-requisito cumprido.

§7º - O resultado da Primeira Fase será divulgado por
ordem alfabética no dia 17/12/03 à partir das 18 horas na
INTERNET, através do site www.famerp.br

Art.12- Os candidatos que não obtiverem 40% (três
inteiros e seis décimos) da nota da primeira fase serão des-
classificados.

Art.13 - ENTREVISTA / PROVA ORAL ou ANÁLISE do
“CURRICULUM VITAE”. VALOR: 1,0 (UM PONTO),que trata

o art. 8 item 2. será realizada nos dias 17 e 18/12/03 para as
Áreas Básicas e Acesso Direto à critério da Chefia do Servi-
ço e no dia 18/12/03 para especialidades Clínicas e Cirúr-
gicas. O local e horário da realização desta Fase, juntamente
com a Banca Examinadora e os critérios homologados de
cada Serviço, estarão disponíveis através do Manual do
Candidato no site: www.famerp.br à partir das 16 horas do
dia 10/12/03.

§1º- Os candidatos aprovados para a Segunda Fase
será obrigatório a apresentação do “Curriculum Vitae” ori-
ginal e uma cópia, a qual ficará retida . No “Curriculum
Vitae”, obrigatoriamente deverá constar as notas da 4ª
série, 5ª série e 6ª série, caso contrário prejudicará a análise
do mesmo.

§2º- Na Segunda Fase, inicialmente, serão convocados
os candidatos classificados até um número cinco vezes
maior que o número de vagas oferecidas na respectiva
área.

§3º- Caso não se complete as vagas após a realização
da Segunda Fase, serão convocados os candidatos excede-
ntes, em um número de cinco vezes maior que o número
de vagas não completadas na respectiva área.

§4º - Nas áreas em que o número de candidatos da Pri-
meira Fase, forem inferior a cinquenta, todos aprovados
nesta Fase, estarão classificados para a Segunda Fase.

§5º - O candidato que não comparecer à Segunda Fase,
estará automaticamente desclassificado do Concurso.

§6º - Quadro resumido dos critérios a serem adotados
para a Segunda Fase, totalizando 1,0 (um ponto) :

ÁREAS - ENTREVISTA - PROVA ORAL - AVALIAÇÃO CURRI-
CULAR - TOTAL

ACUPUNTURA - 0,6 - - - 0,4 - 1,0

ANESTTESIOLOGIA - 0,7 - - - 0,3 - 1,0

CARDIOLOGIA - 0,6 - - - 0,4 - 1,0

CIRURGIA CARDIOVASCULAR - 0,33 - 0,34 - 0,33 - 1,0

CIRURGIA DO APARELHO DIGESTIVO -0,5 - 0,3 - 0,2 - 1,0

CIRURGIA GERAL - 0,3 - 0,2 - 0,5 - 1,0

CIRURGIA PEDIÁTRICA - 0,5 - - - 0,5 - 1,0

CIRURGIA VASCULAR - 0,25 - 0,25 - 0,5 - 1,0

CLÍNICA MÉDICA - 0,3 - - - 0,7 - - - 1,0

COLOPROCTOLOGIA - 0,5 - - - 0,5 - 1,0

DERMATOLOGIA - 0,5 - - - 0,5 - 1,0

ENDOCRINOLOGIA - 0,4 - - - 0,6 - 1,0

GASTROENTEROLOGIA - 0,4 - - - 0,6 - 1,0

HEMATOLOGIA-HEMOTERPIA - 0,4 - 0,3 - 0,3 - 1,0

INFECTOLOGIA - 0,25 - 0,25 - 0,5 - 1,0

MASTOLOGIA - 0,5 - - - 0,5 - 1,0

MEDICINA DE FAMÍLIA e COMUNIDADE - 0,5 - - - 0,5 - 1,0

MEDICINA INTENSIVA - 0,4 - - - 0,6 - 1,0

NEFROLOGIA - 0,5 - - - 0,5 - 1,0

NEUROCIRURGIA - 0,5 - - - 0,5 - 1,0

NEUROLOGIA - 0,3 - - - 0,7 - 1,0

OBSTETTRÍCIA e GINECOLOGIA - 0,5 - - - 0,5 - 1,0

OF TALMOLOGIA - 0,4 - 0,4 - 0,2 - 1,0

ORTOPEDIA e TRAUMATOLOGIA - 0,5 - - - 0,5 - 1,0

OTORRINOLARINGOLOGIA - 0,3 - 0,2 - 0,5 - 1,0

PATOLOGIA - 1,0 - - - - 1,0

PEDIATRIA - - - - 1,0 - 1,0

PNEUMOLOGIA - 0,5 - - - 0,5 - 1,0

PSIQUIATRIA - 0,5 - - - 0,5 - 1,0

RADIOLOGIA e DIAGNÓSTICO P/ IMAGEM - 0,5 - - - 0,5 - 1,0

REUMATOLOGIA - 0,9 - - - 0,1 - 1,0

UROLOGIA - 0,3 - 0,5 - 0,2 - 1,0

OBS:Legenda - - - Não será avaliado

Art. 14- A nota final será determinada pela soma das
notas obtidas na Primeira Fase (Prova Objetiva) e Segunda
Fase (Prova Oral,Entrevista ou Avaliação Curricular), de
acordo com a Resolução CNRM Nº 01/00.

§1º - A nota final será atribuída de 0 (zero) a 10 (dez).

§2º - Se houver empate entre candidatos o critério de
desempate será:

a) maior nota obtida na Primeira Fase

b) escolha do candidato com maior idade

Art. 15 - A nota final mínima, para efeito de classifica-
ção será de 3,6 (três inteiros e seis décimos).

Art.16º - A relação dos aprovados, com as notas da Pri-
meira e Segunda Fases, serão divulgada através da INTER-
NET site www.famerp.br e no Mural de Atos Oficiais da
Faculdade de Medicina no dia 22/12/03 à partir das 16
horas..

Art. 17º - Os recursos sobre os resultados divulgados
deverão ser endereçados à COREME (mesmo local da ins-
crição) e deverão protocolar no prazo certo e improrrogável
de 15(quinze) dias corridos a contar após a divulgação ofi-
cial das notas, sendo que o referido prazo começa a fluir no
dia 1º dia útil após a devida divulgação.

CAPÍTULO IV - DAS MATRÍCULAS

Art.18º - As matrículas para as áreas de Pediatria, Clíni-
ca Médica, Cirurgia Geral, Obstetrícia e Ginecologia, Áreas
de Acesso Direto, Especialidades Clínicas e Especialidades
Cirúrgicas, serão realizadas no período de 20, 21 e 22 de
janeiro de 2004, na Secretaria da Comissão de Residência
Médica, Av. Brigadeiro Faria Lima, 5416 - Bairro São Pedro
- fone: 0xx-17.210.5060 no horário das 7:30 às 12:00 e das
13:30 às 16:30 horas.

Serão aceitas matrículas mediante instrumento de
mandato com firma reconhecida em Cartório, acompanha-
do de documento de identidade do candidato e apresenta-
ção de identidade do procurador. A procuração deve ser
específica para matrícula na Residência Médica da Faculda-
de de Medicina de São José do Rio Preto e ficará retida na
Secretaria.

§1º - O não cumprimento da matrícula no prazo, impli-
cará na desclassificação do candidato.

§2º - Para ser matriculado o candidato classificado
deverá apresentar os seguintes documentos:

a) cópia do diploma ou atestado de conclusão;

b) certificado ou atestado que comprove o pré-requisi-
to cumprido em programa credenciado pela CNRM, constan-
do o número do Parecer de credenciamento;

c) cópia legível do RG (Carteira de Identidade);

d) cópia legível do CPF(Cadastro de Pessoa Física) do
próprio bolsista;

e) três foto 3x4 recente.

f) cópia legível do registro no Conselho Regional de
Medicina - SP, sendo que:

a) os residentes que concluíram o Curso de Medicina
no ano imediatamente anterior da matrícula deverão apre-
sentar cópia do CRM-SP definitivo até o dia 31 de julho do
ano corrente, sob pena de exclusão do programa;

b) os residentes que concluíram o Curso em anos ante-
riores devem apresentar o comprovante de inscrição no
CRM-SP até 30 de abril do ano corrente, sob pena de exclu-
são do programa;

g) cópia legível do comprovante de inscrição junto ao
INSS - modalidade autônomo;

h) número de conta corrente no BANESPA em nome
do Bolsista.- Agência 0037 - Posto 08 - FAMERP. Autoriza-
ção para abertura da conta será retirada nesta Secretaria;

i) recibo de pagamento da taxa de matrícula, no valor
de R\$ 50,00 (cinquenta) reais na Tesouraria da FAEPE.

§3º - O candidato classificado, conforme o limite de
vagas, porém impossibilitado de cumprir o programa devi-
do a obrigações militares, deverá comparecer a Secretaria
da Comissão de Residência Médica ou seu procurador,
munido da documentação comprobatória para trancamen-
to de sua matrícula na referida área. No caso de matrícula,
realizada por procuração, a mesma, deverá ser com firma
reconhecida em cartório, anexando xerox da carteira de
identidade do procurador

PARÁGRAFO ÚNICO - O não cumprimento deste prazo
implicará na desclassificação do candidato. O candidato
habilitado que não comparecer na primeira matrícula será

considerado DESISTENTE, ou seja, DESCLASSIFICADO não
podendo, participar de uma eventual segunda matrícula. O
mesmo procedimento é válido para o PROCURADOR

Art.19º - Somente será convocado candidato para o
preenchimento de vaga ocorrida, face a desistência de can-
didato classificado, até o dia 31 de março de 2004.

PARÁGRAFO ÚNICO - O período de 20 à 22 de janeiro
de 2004 corresponde a primeira matrícula. Havendo vagas
não preenchidas, uma segunda chamada será feita e a matrí-
cula deverá ocorrer nos dias 26 e 27 de janeiro de 2004. As
vagas não sendo preenchidas em segunda chamada, haverá
uma terceira chamada com matrículas nos dias 29 e 30 de
janeiro de 2004. Essas novas matrículas o site da FAMERP
(www.famerp.br) estará anunciando. É de total responsabi-
lidade do CANDIDATO ou PROCURADOR, acompanhar possí-
veis matrículas pela Internet, no prazo estipulado.

CAPÍTULO V - DA RESIDÊNCIA

Art.20º - Os residentes regularmente matriculados ini-
ciarão seu programa no primeiro dia útil de fevereiro de
2004, sendo obrigatório a participação no programa de
integração.

§1º - Os residentes matriculados receberão bolsas de
estudo administradas pela Fundação do Desenvolvimento
Administrativo - FUNDAF, cujo valor será determinado pelo
CONFORPAS, de acordo com a Lei Federal Nº 10.405 de
09/01/2002.

Art. 21º - O candidato regularmente matriculado que
não comparecer até o dia 03 de fevereiro de 2004, será con-
siderado desistente.

Art. 22º - Os médicos admitidos como Residentes obe-
decerão ao Estatuto da Comissão de Residência Médica,
Regimento Interno da Faculdade de Medicina de São José
do Rio Preto - FAMERP e da Fundação Faculdade Regional
de Medicina de São José do Rio Preto - FUNFARME e as
determinações da Comissão Nacional de Residência Médica.

Art. 23º - As condições previstas neste Edital estão
sujeitas a modificações em caso de nova deliberação e/ou
resolução da Comissão Nacional de Residência Médica.

JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER

Secretário: LARS SCHMIDT GRAEL

Praça Antonio Prado, 9 - Centro - CEP 01010-904
Tel. 3241-5822

COORDENADORIA DE ESPORTES E LAZER

Portaria do Coordenador, de 10-11-2003

Convocando funcionários e servidores para integrarem
a Delegação que representará o Estado de São Paulo nos
VII Jogos Da Juventude, a ser realizado na cidade de Brasí-
lia-DF, no período de 13 a 23 de novembro de 2.003, com-
petição desportiva oficial do Calendário da Secretaria da
Juventude, Esporte e Lazer e do Ministério do Esporte.
Ednéia Aparecida Marques; Luiz Antonio Chorilli; Maria
Salette Cassemiro de Souza; Ruben Rosário; Silvia Ines
Musto; Valdinei Donizetti Alves Dias (93)

MEIO AMBIENTE

Secretário: JOSÉ GOLDBERG

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 – Alto de Pinheiros
CEP 05489-900 - PABX: 3030-6000

GABINETE DO SECRETÁRIO

Resolução SMA - 44, de 10-11-2003

*Cria, junto ao Gabinete do Secretário do Meio
Ambiente, a Comissão Interna de acompanhamen-
to do Programa Estadual de Direitos Humanos*

O Secretário de Estado do Meio Ambiente resolve:
Artigo 1º - Fica criada, junto ao Gabinete do Secretário
do Meio Ambiente, a Comissão Interna de acompanhamen-
to do Programa Estadual de Direitos Humanos, instituído
pelo Decreto nº 42.209, de 15 de setembro de 1997.

Artigo 2º - A Comissão Interna terá por atribuição:

I - acompanhar o desenvolvimento das ações governa-
mentais relativas ao Programa Estadual de Direitos Hum-
anos, no âmbito da Secretaria do Meio Ambiente e das enti-
dades a ela vinculadas;

II - incentivar ações tendentes ao efetivo cumprimento
do Programa;

III - elaborar relatórios anuais sobre o cumprimento do
Programa.

Artigo 3º - A Comissão Interna, cujos membros terão
mandato de dois anos, será composta de:

I - três membros e respectivos suplentes de livre desig-
nação do Secretário do Meio Ambiente;

II - um representante e respectivo suplente de cada um
dos seguintes órgãos e entidades, subordinados ou vincu-
lados à Secretaria:

a) Instituto Florestal;
b) Instituto de Botânica;
c) Instituto Geológico;
d) Fundação para a Conservação e Produção Florestal
do Estado de São Paulo-Fundação Florestal
e) CETESB - Companhia de Tecnologia de Saneamento
Ambiental.

III - um representante e respectivo suplente do Conse-
lho de Representantes dos Funcionários da Cetesb.

Artigo 4º - Os membros da Comissão Interna e seus
respectivos suplentes, nos casos do inciso II e III do artigo
3º serão indicados pelos dirigentes dos respectivos órgãos
ou entidades e designados pelo Secretário do Meio
Ambiente.

Artigo 5º - As funções de membro da Comissão Interna
não serão remuneradas a qualquer título, sendo, porém,
consideradas de serviço público relevante para todos os fins.

Artigo 6º - Esta resolução entra em vigor na data de
sua publicação.

Portaria CG - 21, de 10-11-2003

O Chefe de Gabinete, da Secretaria de Estado do Meio
Ambiente resolve:

Artigo 1º - Constituir Comissão para proceder Sindicân-
cia Administrativa, objetivando apurar, no prazo de 30 (trin-
ta) dias, os fatos relatados no PROCESSO SMA 231/03,
composto pelos seguintes membros:

I - Elvislane Santos Nepomuceno R.G 23.172.625-9

II - Said Nasser Escalante R.G 5.973.970-8

III - Márcio Rogério da Silva RG 22.446.027-4

Artigo 2º - A presidência da Comissão caberá à primei-
ra pessoa designada e em caso de impedimento os demais
indicarão o substituto.

Artigo 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de
sua publicação.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Comunicado

Comunicamos o Adiamento do Pregão nº 015/2003
SMA/KFW - Objeto: Sobrevoô de Helicóptero - Abertura :
12/11/2003 às 09:00 horas.

COORDENADORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL E DE PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS

Portaria CPRN - 17, de 10-9-2003

O Coordenador, com fundamento no inciso IV, do arti-
go 3º da Lei Federal 10.520, de 17/07/02, combinado com o
Decreto Estadual 47.297, de 05/11/02, expede a seguinte
portaria:

Artigo 1º - Fica constituída como Pregoeira EDILENI
SOARES PEREIRA, RG nº 9.822.716 - 6, para atuar no Pre-
gão Presencial nº 08/2003 - CPRN, Processo SMA 10.380/03,
cujo objeto é a aquisição de 12 projetores multimídia. São
atribuições do pregoeiro:

I - conduzir o procedimento, inclusive na fase de lan-
ces;

II - credenciar os interessados, mediante a verificação
dos documentos que comprovem a existência de poderes
para formulação de propostas, lances e demais atos ineren-
tes ao certame;

III - receber a declaração dos licitantes de que cum-
prem plenamente os requisitos de habilitação, bem como
os envelopes - propostas e os envelopes - documentação;

IV - analisar as propostas e desclassificar aquelas que
não atenderem os requisitos previstos no edital;